



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - DCSA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NEVALDO SANTANA SILVA

O COMPORTAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO PÓS PAEG E
PLANO REAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2011

NEVALDO SANTANA SILVA

**O COMPORTAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO PÓS PAEG E
PLANO REAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. M.Sc. Carlos Eduardo Ribeiro Santos

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2011**

**O COMPORTAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO PÓS PAEG E PLANO REAL:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

NEVALDO SANTANA SILVA

Banca Examinadora:

Prof. M.Sc. Carlos Eduardo Ribeiro Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Orientador

Prof. M.Sc. José Antonio Gonçalves dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Examinador

Prof^a. M.Sc. Fernanda Calasans Costa Lacerda
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus que me iluminou e me proporcionou forças, que me ajudou a não desistir frente às barreiras.

A minha mãe, por ter sido a mais ansiosa para que eu concluísse o curso.

A minha esposa, pelo companheirismo, incentivo e dedicação em tempo integral.

Aos meus irmãos e demais familiares, pela confiança em mim depositada.

Agradecimento especial ao Professor Carlos Eduardo Ribeiro Santos, pela orientação, disponibilidade e paciência.

Aos meus amigos em geral, não citarei nomes para não cometer a falha do esquecimento do nome de algum, pelos apoios e pela descontração, necessária para reaver as energias, para conclusão deste trabalho.

Dedico este trabalho ao meu pai Sinézio Santiago Silva (*In Memoriam*) que sempre acreditou em mim e me ensinou que vale a pena lutar pelos nossos ideais, que se orgulharia de ver mais essa conquista. Essa conquista, dedico ao Senhor, meu pai, com todo amor e carinho como forma de minha eterna gratidão.

RESUMO

Atualmente, a expressão crescimento econômico tem ocupado lugar de destaque na imprensa escrita e falada, expressada, principalmente, pelo valor atribuído ao Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento econômico apresenta-se, hoje, como uma questão central no debate de política econômica no Brasil. Com a estabilização da inflação, o Plano Real e a consecução de importantes reformas estruturais, as atenções voltaram-se mais intensamente para a performance de crescimento da renda. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre o PAEG e o Plano Real, observando o comportamento e o crescimento econômico brasileiro proporcionado por ambos planos, ressaltando como foram implementadas suas conjunturas, eficiências e ineficiências, bem como suas congruências. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico de vários autores pertinentes, bem como utilizou-se de dados secundários fornecidos por órgãos oficiais. Buscou-se ressaltar também a importância dos dois planos de estabilização para as conquistas econômicas, no conjunto de reformas institucionais que acompanhou o desenrolar de ambos, com impactos significativos no funcionamento da economia e da sociedade demonstrando-se nesse processo que os Planos assinalaram modificações qualitativas importantes na história brasileira do último meio século.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Estabilização. Reformas Institucionais.

ABSTRACT

Today the term economic growth has taken place in written and spoken press, expressed mainly by the value assigned to the Gross Domestic Product - GDP. Economic growth presents itself today as a central issue in economic policy debate in Brazil. With the stabilization of inflation, the Real Plan and the achievement of important structural reforms, attention turned more intensely to the performance of income growth. There are two basic reasons for the concerns most intense around the issue of growth. The present work aims to make a comparative analysis between the PAEG and the Real Plan, noting the Brazilian economic growth provided by both plans, noting how they were implemented, their situations, their efficiencies and inefficiencies, as well as their congruence. For it was on a literature review of various relevant authors, and using data supplied by agencies. We tried to emphasize the importance of the two stabilization plans for the economic achievements in the set of institutional reforms that accompanied the development of both, with significant impacts on the functioning of the economy and society. Demonstrating themselves in the process, pointed out that the Plans qualitative changes in the history of the last half-century Brazil.

Key-Words: Economic Growth. Stabilization. Institutional Reforms.

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNH	Banco Nacional da Habitação
COFECON	Conselho Federal de Economia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LNT	Letras do Tesouro Nacional
MP	Medida Provisória
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PAI	Plano de Ação imediata
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - O PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO	
1.1 A ECONOMIA BRASILEIRA ANTERIOR À IMPLEMENTAÇÃO DO PAEG.....	13
1.1.1 Conjuntura socioeconômica.....	15
1.1.2 O PAEG e sua funcionalidade.....	19
CAPÍTULO 2 - O PLANO REAL	
2.1 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL...	23
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PAEG E PLANO REAL	
3.1 PLANO PAEG E PLANO REAL.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

Um período de 45 anos pode ser curto para a evolução histórica, mas pode ser longo para uma sociedade como a brasileira, que vivenciou recuos e avanços políticos, profundas transformações econômicas e muitos ganhos sociais, nesse ínterim, sabe-se que o país, tem ainda muito que alcançar, pois existe concentração de renda e desigualdade social, mas os períodos compreendidos após os processos de implementação dos planos PAEG e Real levaram a uma evolução do ciclo econômico no país.

Nesse sentido, de uma perspectiva econômica, ocorreram mudanças significativas no país, seja em termos de estrutura econômica, seja do ponto de vista da forma de inserção da economia brasileira no mercado internacional. A partir do final dos anos 1980, quando da utilização de mecanismos que protegiam a produção interna contra a concorrência externa, o mercado foi aberto, eliminando-se quase todos os entraves à maior integração internacional. Entre os quais podemos citar: o avanço do processo de industrialização, orientado e coordenado pelo Estado e os problemas advindos da insuficiente capacidade de financiamento do desenvolvimento econômico.

O Brasil novo que se inicia depois da crise de 1929 e da tomada do poder através da revolução de 1930, teve como característica básica a proposta de mudar a matriz econômica, isto é, deixar de ser um país agrário-exportador para se tornar um país com uma indústria própria, e, assim, fazer frente aos desafios impostos pela segunda revolução Industrial.

Para executar esse desejo de “Nação Desenvolvida” (o Brasil Potência), ao longo da história do século XX, o país passou por diversas fases de desenvolvimento, sempre com um surto que vinha através de algumas medidas tomadas pelos governos, ora democráticos, ora ditatoriais.

O PAEG foi o primeiro plano econômico do novo governo (militar), neste momento, sem a necessidade de atender as massas, a população brasileira, pois estas estavam sob um governo ditatorial.

O plano econômico (PAEG) previa uma política monetária restritiva e a busca por um menor déficit público. Neste sentido, também deveria ser controlada a inflação diminuindo a emissão de papel moeda, assim como o crédito. Dentre as reformas executadas estava a criação do Banco Central e do conselho Monetário

Nacional. Destaca-se ainda a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do Sistema Financeiro de Habitação, para com isso buscar atender a questão da moradia e aproveitar o seu grande potencial de geração de empregos diretos. As reformas financeiras e a estabilidade proporcionaram ao país, nos anos seguintes, o que veio a ser conhecido como “milagre econômico”. Com isso o Brasil voltou a crescer a números nunca vistos antes.

Desse modo, caracterizada pelas elevadas taxas de crescimento econômico, apesar do primeiro choque do petróleo em 1973, a década de 1970 representou um marco de mudanças para a economia brasileira, pois encerrou um período longo de crescimento iniciado no pós-guerra mundial. A década encerrou um modelo de desenvolvimento denominado de substituição de importações¹, no qual o processo de industrialização ocorreu motivado por estrangulamentos externos, contando com elevada proteção do mercado interno, seja através de controles diretos ou indiretos do volume de importações (FURTADO, 1984).

No entanto, a sucessão de desequilíbrios nos anos 1980 e seus impactos sobre a produção e o emprego significaram uma alteração efetiva de tendência da economia. A crise da dívida externa, provocada pela elevação dos juros internacionais e pelo fim do fornecimento de crédito externo em prazos e juros atrativos, aprofundou o desequilíbrio nas contas externas, já debilitadas pela segunda grande elevação do preço do barril do petróleo ao final dos anos de 1970.

A manutenção da inflação em elevados patamares, chegando a um processo hiperinflacionário ao final do ano de 1989, e a crítica crise fiscal, com o encurtamento dos prazos da dívida interna (rolada no curtíssimo prazo), levaram à implementação de ousadas (e criticáveis) medidas de estabilização no início do governo Collor, em março de 1990.

Dessa maneira, o Plano Real deu-se em condições adversas, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Entretanto, considerando as dificuldades, no seu início o Plano supracitado foi bem sucedido ao programar uma reforma monetária pré-anunciada. O programa foi o mais amplo já realizado no Brasil e tinha como

¹ Substituição de importações: Processo no qual o Brasil evoluiu de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial-urbana diversificada. A partir do aumento da produção industrial de bens de consumo, ao iniciar-se o processo de substituição de importações, verifica-se um aumento correspondente da demanda de bens intermediários e de máquinas e equipamentos em geral.

objetivo principal o controle da hiperinflação que assolava o país. Para tanto, utilizou-se de diversos instrumentos econômicos e políticos.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre o PAEG e o Plano Real, observando o crescimento econômico brasileiro proporcionado pela implementação destes planos, ressaltando, além de seu processo de implementação, suas conjunturas, (in) eficiências, bem como suas congruências.

A importância deste trabalho se deve pela grande discussão no que tange às políticas seguidas pelos governantes com a intenção de se conseguir um controle inflacionário, crescimento e desenvolvimento econômicos, através de programas de estabilização que mudaram a economia brasileira: O Plano de Ação econômica do governo (PAEG), de 1964, e o Plano Real de 1994.

Diante do exposto, o presente trabalho se propõe analisar a seguinte problemática: quais resultados alcançados por cada um dos planos de estabilização aqui abordados (PAEG e Plano Real)?

Para a execução dos objetivos propostos, este estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica exploratória, qualitativa e de cunho comparativo. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico de vários autores pertinentes, bem como a utilização de dados secundários disponíveis em órgãos competentes, entre os quais podemos citar: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getulio Vargas (FGV), Conselho Federal de Economia (COFECON).

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro faz um levantamento histórico do PAEG desde a sua concepção até sua funcionalidade e, assim, descreve os meios institucionais para o alcance do milagre econômico, segundo as perspectivas de cada governo e suas linhas de pensamento.

O segundo capítulo se dedica a expor como foi concebido o processo de formulação e implementação do Plano Real: suas propostas, contextualização no âmbito global, suas eficiências e ineficiências. O objetivo deste capítulo é entender como aconteceu o crescimento econômico e a estabilização da economia.

Por fim, o terceiro e último capítulo busca analisar a relação entre o PAEG e o Plano Real comparando-os de forma sucinta através de suas contribuições para a maturação econômica e o crescimento econômico percebido no país após a implementação dos mesmos.

CAPÍTULO 1 - O PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO

1.1 A ECONOMIA BRASILEIRA ANTERIOR À IMPLEMENTAÇÃO DO PAEG

A economia brasileira viveu vários ciclos ao longo da história do país. Em cada ciclo, um setor foi privilegiado em detrimento de outros, e provocaram sucessivas mudanças sociais, populacionais, políticas e culturais dentro da sociedade brasileira.

O primeiro ciclo econômico do Brasil foi a extração do pau-brasil, madeira avermelhada utilizada na tinturaria de tecidos na Europa, e abundante em grande parte do litoral brasileiro na época do descobrimento (do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte). Os portugueses instalaram feitorias, sesmarias e utilizavam da mão-de-obra indígena (abundante e gratuita) para o corte e carregamento da madeira por meio de um sistema de trocas do serviço por “presentes sem valor”, como pentes, espelhos, etc. Além do pau-brasil outras atividades modelos extrativistas predominaram nessa época, como a coleta de plantas do sertão na Amazônia (BAER, 2003).

O segundo ciclo econômico brasileiro foi o plantio de cana-de-açúcar, utilizada na Europa para a manufatura de açúcar em substituição à beterraba. O processo era centrado em torno do engenho, composto por uma moenda de tração animal ou humano. O plantio de cana adotou o latifúndio como estrutura fundiária e a monocultura como método agrícola o que já sinalizava o processo de concentração da riqueza. A agricultura da cana introduziu o modo de produção escravista, baseado na importação e escravização de africanos. Esta atividade gerou todo um setor paralelo chamado de tráfico negreiro. A pecuária extensiva ajudou a expandir a ocupação do Brasil pelos portugueses, levando o processo de povoamento do litoral para o interior do país. (BAER, 2003).

Durante todo o século XVII, expedições chamadas entradas e bandeiras vasculharam o interior do território em busca de metais valiosos (ouro, prata, cobre) e pedras preciosas (diamantes, esmeraldas). Afinal, já no início do século XVIII (entre 1709 e 1720) estas foram achadas no interior da Capitania de São Paulo (Planalto Central e Montanhas Alterosas), nas áreas que depois foram desmembradas para os atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, dando início ao ciclo do ouro. Outra importante atividade impulsionada pela

mineração foi o comércio interno entre as diferentes vilas e cidades da colônia, propiciada pelas viagens dos tropeiros. Definindo, então, o processo de urbanização do interior do Brasil (BAER, 2003).

O café foi o produto que impulsionou a economia brasileira desde o início do século XIX até a década de 1930. Concentrado a princípio no Vale do Paraíba (entre Rio de Janeiro e São Paulo) e depois nas zonas de terra roxa do interior de São Paulo e do Paraná, o grão foi o principal produto de exportação do país durante quase 100 anos. Foi introduzida por Francisco de Melo Palheta ainda no século XVIII, a partir de sementes contrabandeadas da Guiana Francesa (BAER, 2003).

Paralelamente à produção do café, em meados do século XIX, foi descoberto também que a seiva da seringueira, uma árvore nativa da Amazônia, servia para a fabricação de borracha, material que começava então a ser utilizado industrialmente na Europa e na América do Norte. Com isso, teve início o ciclo da borracha no Amazonas (então Província do Rio Negro) e na região que viria a ser o Acre brasileiro (então parte da Bolívia e do Peru).

O chamado desenvolvimentismo (ou nacional-desenvolvimentismo) ²foi a corrente econômica que prevaleceu nos anos 1950, do segundo governo de Getúlio Vargas até o Regime Militar, com especial ênfase na gestão de Juscelino Kubitschek.

Valendo-se de políticas econômicas desenvolvimentista desde a Era Vargas, na década de 1930, o Brasil desenvolveu grande parte de sua infraestrutura em pouco tempo e alcançou elevadas taxas de crescimento econômico. O modelo de transporte adotado foi o rodoviário, em detrimento de todos os demais (ferroviário, hidroviário, naval, aéreo). Todavia, os governos muitas vezes mantiveram suas contas em desequilíbrio, multiplicando a dívida externa e desencadeando uma grande onda inflacionária.

A partir da década de 1970, o novo produto que impulsionou a economia de exportação foi a soja, introduzida a partir de sementes trazidas da Ásia e dos Estados Unidos. O modelo adotado para seu plantio foi a monocultura extensiva e

² Dá-se o nome de **desenvolvimentismo** a qualquer tipo de política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo. O desenvolvimentismo é uma política de resultados, e foi aplicado essencialmente em sistemas econômicos capitalistas, como no Brasil (governo JK) e no governo militar quando ocorreu o "milagre econômico brasileiro", bem como na Espanha (Franquismo).

mecanizada, provocando desemprego no campo e alta lucratividade para um novo setor chamado de "agro-negócio".

O crescimento da cultura da soja se deu às custas da "expansão da fronteira agrícola" na direção da Amazônia, o que por sua vez passou a provocar desmatamentos em larga escala. Nesse contexto, a crise da agricultura familiar e o desalojamento em massa de lavradores provocaram o processo de inchamento das cidades e os encadeamentos por ele provocados, como o aumento do nível de desemprego e o aumento do processo de favelização das cidades (GREMAUD, 1997).

Entretanto, porém, entre 1969 e 1973, o Brasil viveu um período chamado de Milagre Econômico, quando um crescimento acelerado da indústria gerou empregos não-qualificados e ampliou a concentração de renda, período áureo do desenvolvimento brasileiro em que houve o paradoxo do aumento da concentração de renda e da pobreza, um período que coincide com os chamados anos de chumbo, fenômeno europeu relacionado a guerra fria, expressão sendo então designada para endurecimentos de aparatos repressivos também fora da Europa.

Em paralelo, na política, o regime militar endureceu e a repressão à oposição (tanto institucional quanto revolucionária/subversiva) viveu o seu auge. A industrialização, no entanto, continuou concentrada no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e atraiu para esta região uma imigração em massa das regiões mais pobres do país, principalmente o Nordeste (GREMAUD, 1997).

1.1.1 Conjuntura socioeconômica

O Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG foi implantado no bojo da mudança político-institucional provocada pela chamada revolução militar de março de 1964 em um contexto de aguda instabilidade econômica agravada por conflitos de natureza sociopolítica.

No período imediatamente anterior a 1964, a inflação crescente e a crise no balanço de pagamentos foram resultados de políticas monetárias extremamente expansionistas, seja para financiar déficits públicos ou para acomodar a expansão de crédito ao setor privado pelos bancos oficiais e privados para fomentar o modelo desenvolvimentista anterior. Não foi por outra razão que o combate à inflação

constituiu-se no principal objetivo do plano de estabilização do período de 1964 a 1966.

De acordo com a Constituição³ Federal da época, com a renúncia do presidente da república, o vice-presidente, então João Goulart, que estava em viagem oficial pela China comunista, deveria assumir o governo. Considerado populista, de esquerda e muito ligado aos sindicatos, Goulart não era bem aceito pelos setores mais conservadores da sociedade (entre eles os militares e os empresários do ramo industrial). Estes opositores tentaram impedir a sua posse, o que fez surgir uma frente legalista, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (cunhado de João Goulart) exigindo a posse do vice-presidente. Visando reduzir a tensão política, o Congresso Nacional tenta uma medida conciliatória e aprova uma alteração do sistema de governo, de presidencialista para parlamentarista com o único objetivo de diminuir os poderes do presidente.

Em setembro de 1961, João Goulart toma posse sob um sistema parlamentarista de governo que, no entanto, não teria uma longa duração. O ato que estabeleceu o parlamentarismo no Brasil previa a realização de um plebiscito em 1965, onde a população escolheria entre a manutenção do regime ou o retorno ao presidencialismo. Porém o presidente Goulart, sentindo-se tolhido de seus poderes, não queria esperar tanto e conseguiu antecipar a realização da consulta popular para 1963. No plebiscito, o presidencialismo saiu amplamente vitorioso e mantido como regime de governo no país.

Apesar das tensões políticas, a economia brasileira até 1962 apresentou os seguintes resultados: 1961, de acordo a taxa de crescimento foi de 8,6%, porém a inflação atingiu nesse mesmo ano 47,8%, frente a 30,5% no período anterior. Houve também uma redução da formação bruta de capital, o que denotava que o auge dos investimentos pesados característicos do processo de substituição de importações, já havia passado (HERMANN, 2005).

Em 1962, frente à crescente deterioração do quadro econômico, o governo lança o Plano Trienal, cujo objetivo principal era conciliar o combate à inflação com um crescimento econômico próximo aos 7%. A equipe responsável pela elaboração do plano foi liderada por Celso Furtado, que então ocupava a função de ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico. A inflação foi

³ Constituição brasileira, promulgada em 18 de Setembro de 1946.

diagnosticada como um problema de excesso de demanda e, como acontece nessas situações, optaram-se por uma política de estabilização recessiva, baseada na contração monetária. Os resultados do plano foram bastante negativos: em 1963, o crescimento do produto nacional foi de 0,6%, frente a uma taxa de 6,6% no ano anterior. Em julho de 1963, Celso Furtado deixa o governo (BACHA, 1988).

A política recessiva adotada durante o Plano Trienal pode ter contribuído para a deterioração do quadro macroeconômico, mas a crise que estava começando a ganhar forma tinha na realidade um conjunto de causas variadas (tanto econômica como política). Em 1961, a renúncia de Jânio precipitou uma crise política, reduzindo o nível de investimentos no país. Concomitantemente, havia na economia brasileira um problema de demanda reprimida decorrente do baixo nível de renda per capita, da forte concentração da renda e da ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo. Essa falta de demanda agregada gerava uma capacidade ociosa na indústria e um aumento nos custos médios de produção. O agravamento da crise econômica aumentava cada vez mais o desgaste político do presidente João Goulart. O desfecho desse quadro é bem conhecido: o golpe militar de 1964 que contou com, a interrupção do processo político democrático e o fim do populismo⁴ no Brasil.

Os militares que assumiram o poder em 1964 acusaram o regime deposto de populista. Os novos dirigentes da nação desejavam convencer a sociedade de que tinham um projeto de modernização para o país e que esse novo governo representava o fim do atraso populista. Convém aqui fazer uma ponderação. De fato, os militares assumiram o poder em meio a uma crise econômica. É verdade também que o Estado era populista no seu sentido político, mas discutível sob o ponto de vista econômico. Todavia, é inegável que o Brasil experimentou, durante o período populista, um desenvolvimento industrial e um crescimento econômico extremamente profundo (MADDISON, 1989).

Outra crítica que os militares faziam ao regime deposto estava relacionada ao seu nacionalismo exacerbado. Segundo os militares, políticas hostis ao capital estrangeiro, como restrições às remessas de lucros ou estatização de empresas

⁴ Com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, tem-se o fim do Estado Oligárquico (dominado por poucos) e o começo do Estado Populista. Entende-se por populismo um movimento político comum em países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina. Suas características principais são o relacionamento direto de amplas massas populares com a cúpula do Estado e o surgimento do político carismático, que por vezes se coloca como defensor do povo. Na América Latina, o auge do populismo se deu com Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina (GREMAUD, 1997).

multinacionais tenderiam a afugentar investidores internacionais e aprisionar o país em uma situação de eterno subdesenvolvimento. Um caso emblemático desse nacionalismo desmedido foi o resgate das companhias telefônicas e de fornecimento de energia elétrica (ambas norte-americanas) pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Uma das primeiras medidas adotadas pelo novo governo militar foi buscar uma maior aproximação dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, além da normalização das relações com os organismos financeiros internacionais.

Com base nesses aspectos socioeconômicos, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi um plano de combate à inflação e reformas institucionais, elaborado pelos ministros Roberto Campos (do Planejamento) e Octávio Bulhões (da Fazenda) e colocado em prática durante a gestão do presidente Castello Branco (1964-66). No seu bojo a causa essencial da crise econômica, de acordo com os elaboradores do plano, estava na aceleração inflacionária que afetava o país desde o início dos anos 1960. A inflação gerava um ambiente de insegurança no meio empresarial, reduzindo os investimentos e o ritmo de crescimento do país.

O diagnóstico da inflação brasileira era bastante ortodoxo. Segundo Campos e Bulhões (2002, p. 27):

A inflação era decorrente de um excesso de demanda para uma oferta limitada de bens. Esse excesso de demanda tinha basicamente três causas, a monetarização dos déficits públicos, expansão do crédito privado e majorações salariais superiores aos aumentos de produtividade. O combate à inflação seria feito por meio de ajuste fiscal, de uma política monetária restritiva e de contenção salarial.

A ação que visava à estabilidade de preços foi relativamente bem sucedida. Em 1964, a inflação foi de 92,1%, e no ano seguinte já cairia para 34,2% continuando a cair nos anos seguintes até se estabilizar em torno de 19% (BACHA, 1988).

Apesar desse aparente sucesso, esse autor supracitado defende a teoria de que houve um erro no diagnóstico da inflação brasileira. Para este autor não havia excesso de demanda na economia, mas sim pressões dos preços agrícolas, decorrente de uma quebra de safra.

Ainda segundo as idéias de Bacha (1988), o governo colocou em prática uma política recessiva de combate a inflação desnecessariamente. Além disso, seus resultados não foram tão significativos em termos de queda das taxas anuais de inflação, sobretudo entre o primeiro e o segundo ano do programa. Esses dados são resultantes das políticas fiscais e salariais, já que não houve alteração no regime cambial, a não ser a partir de 1968, e a política monetária balizou-se em estabelecer limites para a expansão de crédito pela autoridade monetária para o setor privado.

1.1.2 O PAEG e sua funcionalidade

O Governo Castelo Branco elaborou, para o biênio 1965-1966, o Plano de Ação Econômica para o Governo (PAEG), que estabelecia como objetivos primordiais, a restrição do processo inflacionário e o estímulo para o crescimento econômico do país.

Segundo Moura (2007) o Plano PAEG diferencia-se dos vários outros, no que se refere à estabilização que o precederam, quer pela implementação de políticas (fiscal e monetária) capazes de reduzir a inflação, quer pelo extenso conjunto de reformas implantadas, que reduziram distorções inibidoras do crescimento econômico.

O PAEG diagnosticou o excesso de demanda como a principal causa da inflação brasileira. Este aquecimento da demanda ocorria devido ao elevado déficit público, à alta propensão a consumir e à falta de controle sobre a expansão do crédito (GREMAUD, 2005).

O PAEG procurou reduzir a inflação através da diminuição da demanda agregada. A ênfase recaiu na redução dos gastos do governo e na remoção do excesso de demanda provocado pelas políticas populistas anteriores de juros baixos e aumentos de salário acima da produtividade. Ao invés do tratamento de choque, a inflação procurou ser reduzida gradualmente.

Para reduzir o déficit do balanço de pagamentos, foi adotado um sistema de minidesvalorizações cambiais. Foram criados novos mecanismos de intermediação financeira, houve um reordenamento do mercado de capitais e foram adotadas novas medidas para atrair capitais externos.

As metas projetadas pelo Plano PAEG previam a redução da taxa de inflação de 92% em 1964, para 24% em 1965 e 10% em 1966 (FURTADO, 1984).

Como explicitado em Abreu (1992, p.215), o PAEG deixava claro tratar-se de um programa de “manutenção, ou de recuperação, das taxas de crescimento da economia.” O autor prossegue dizendo ser a problemática da inflação um meio para atingir-se o desenvolvimento econômico e não um fim em si.

Ainda segundo esse autor, o plano deixava transparecer uma análise heterodoxa da inflação, associando-se à poupança forçada e ao desequilíbrio entre os gastos governamentais e a retirada do poder de compra do setor privado, tanto por meio de impostos como de empréstimos públicos, além disso, observava-se “incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às empresas.”

A arrecadação de impostos cresceu a partir de 1965 graças a uma reforma tributária centralizadora e a aplicação da correção monetária aos tributos. Um mecanismo de poupança forçada foi criado em 1967 para financiar a construção civil ao lado do BNH: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que mais tarde levou a um grande impulso da construção civil.

Os instrumentos utilizados pelo PAEG para conter o processo inflacionário, optaram pela desaceleração do crescimento da economia, devido à utilização de medidas monetárias restritivas, como a redução dos meios de pagamentos, ampliação das receitas, diminuição dos gastos públicos, arrocho salarial e restrição ao crédito. Assim, entre 1964 e 1968, a inflação brasileira foi reduzida significativamente, passando da casa dos 90% ao ano para os 20% ao ano, Resultado obtido à custa da retração do crescimento (GREMAUD, 2005).

Em suma, o governo Castelo Branco passou um período difícil da economia brasileira, marcada pela estagnação do crescimento econômico, que foi consequência das medidas tomadas pelo próprio governo no sentido de deter o processo inflacionário. Ainda assim, o crescimento do PIB foi razoável: 3,1% em 1964, 3,9% em 1964 e 4,4% em 1966 (FURTADO, 1984).

Os governos autoritários que sucederam o governo Castelo Branco, durante o período de 1968 a 1973, (Costa e Silva e Médici, com o Ministro da Fazenda Antonio Delfim Neto) foram caracterizados pelo acelerado crescimento da economia, devido, em parte, à flexibilização das idéias monetaristas de combate à inflação, que se tornaram menos rígidas (FURTADO, 1984).

O objetivo principal almejado pelo governo era o crescimento econômico acompanhado da redução da inflação para 20% a 30% ao ano. A partir daí o diagnóstico da inflação mudou: a inflação que era vista como uma inflação de demanda passou a ser vista como uma inflação de custos. Desta forma, abrandaram-se as políticas de contenção de demanda e intensificaram-se as políticas de controle de preços (GREMAUD, 2005).

Apesar do seu sucesso, o regime econômico implantado com o PAEG deixou a porta aberta para que se aprofundasse a indexação de salários e do câmbio às inflações passadas. Aquela indexação passou a impedir que choques inflacionários fossem dissipados, o que era uma condição necessária, porém não foi suficiente, para a aceleração da inflação ocorrida de forma mais clara a partir de 1975.

A aceleração da inflação começou com a política monetária expansionista do período de 1967 a 1973, e em seguida com a expansão fiscal da segunda metade dos anos 1970, com déficits gerados por investimentos públicos financiados predominantemente por empréstimos externos através de empresas estatais. Em meio à forte aceleração inflacionária que se seguiu, era natural que o crescimento acelerado do PIB não pudesse ser mantido.

A partir de 1970, a taxa média de crescimento do produto situou-se acima dos 10% ao ano (GREMAUD, 2005). Paralelamente, a taxa de inflação foi decrescente: 25,4% em 1968, 20,2% em 1969 e 19,2% em 1970. O aumento da taxa de expansão dos meios de pagamentos foi, em parte, compensado pela adoção de uma política de preços administrados⁵.

A política de congelamento dos salários, adotada pelo governo desde 1964, como medida antiinflacionária, continuou a vigorar, comprimindo os salários, e, conseqüentemente, provocando intensos conflitos sociais (FURTADO, 1984).

A forte expansão da atividade econômica entre 1968-1973 foi conseqüência também da forte entrada de capital no país. Estes penetravam no país tanto sob a forma de investimentos externos diretos (aqueles que são aplicados diretamente à produção de bens e serviços), como sob a forma de empréstimos em moeda (GIAMBIAGI, 2005).

⁵ Os preços administrados são aqueles que "de alguma forma são determinados ou influenciados por um órgão público; variam independentemente das condições vigentes de oferta e demanda" (BCB, Relatório Anual, 1999, pág. 102)

Neste período, o PIB cresceu acumulativamente 96% e a inflação declinou de 25,4% em 1968 para 15,1% em 1973 (FURTADO, 1984). A Junta Militar que assumiu o governo em 1969 aprovou o Programa de Metas e Bases de Ação do Governo, que previa uma taxa de inflação de 10% para os anos consecutivos (1970 a 1974). Entretanto, devido à entrada líquida de capital externo, o índice previsto não foi alcançado e o mínimo atingido foi de 15,1% em 1973 (FURTADO, 1984). Através da criação e fortalecimento das empresas estatais e da utilização da política cambial, fiscal e creditícia, o Estado criou as bases para a aceleração industrial neste período.

Entre as estratégias desinflacionárias do PAEG, a contenção de gastos do Governo foi aquela que obteve maior sucesso. Contando com a liberdade de ação propiciada pela feição autoritária, o governo Castelo Branco teve grande sucesso em reduzir os déficits governamentais, tanto pela contenção de gastos quanto pelo aumento de arrecadação.

O processo, contudo, foi gradual, pois estava baseado na proteção do mercado nacional, decorrente das elevadas tarifas incidentes sobre os bens importados, bem como no controle direto das importações e na administração de estrangulamentos externos que impunha limites estreitos à capacidade de importação e, conseqüentemente, ao acesso de bens de produção, como máquinas, equipamentos e matérias-primas, necessários ao crescimento e modernização da produção industrial.

Passados alguns anos de redução das taxas históricas de crescimento, a economia retoma seu processo de recuperação no final dos anos de 1960, contribuindo, para isso, as condições favoráveis externas e internas. O crescimento do comércio mundial e a expansão das linhas de crédito no mercado internacional ampliaram as oportunidades para o país. Internamente, foram criadas condições de maior alinhamento a esse novo contexto como, por exemplo, os incentivos fiscais e creditícios às exportações, o que propiciou aumento das exportações, inclusive de produtos manufaturados, ampliando a captação de recursos externos.

CAPÍTULO 2 - O PLANO REAL

2.1 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

A década de 1980 foi marcada por várias tentativas de estabilização dos preços, todas de cunho heterodoxo. Em apenas cinco anos, foram lançados quatro planos de combate à inflação: O Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989) e o Plano Collor (1990). Todos estes planos optaram pela proposta de Francisco Lopes⁶ e programaram um pacto congelando todos os preços dos principais bens privados e serviços da economia.

Entretanto, esta medida não foi suficiente para conter a memória inflacionária e controlar a inflação inercial que se apresentava na economia brasileira. De acordo com a visão inercialista,⁷ a medida supracitada constituía-se pelos mecanismos de indexação que provocavam a perpetuação das taxas de inflações anteriores e, essas mesmas, acabavam sempre sendo repassadas aos preços correntes.

Como já discutido anteriormente, no governo Sarney as políticas de estabilização implementadas não conseguiram assegurar a manutenção da estabilidade no longo prazo e, ao contrário, reforçaram as atitudes defensivas dos agentes econômicos, os quais não desejavam mais serem surpreendidos com políticas, que objetivavam congelamentos dos preços e salários, quebra de contratos, mudança de moeda, alteração das regras de indexação, entre outras (BAER, 2002).

A política de combate à inflação desse governo, assentada no tripé “ajuste fiscal provisório, congelamento de preços e salários e bloqueio dos ativos financeiros por 18 meses”, também não conseguiu assentar as bases de estabilização no longo prazo (ANJOS, 2002, p. 20).

Ademais, mesmo sem terem apresentado aumentos significativos de seus custos, muitos setores simplesmente elevaram o preço pela inflação geral do país,

⁶ Francisco Lopes – Professor da PUC/Rio de Janeiro. Propôs a desindexação total da Economia e adoção de uma moeda indexada. No entanto, esses planos não obtiveram êxito, uma vez que não foram postas em prática.

⁷ De acordo com a visão inercialista, os mecanismos de indexação provocam a perpetuação das taxas de inflações anteriores, que são sempre repassadas aos preços correntes. Ademais, mesmo sem terem apresentado aumentos significativos de seus custos, muitos setores simplesmente elevam o preço pela inflação geral do país, divulgada pelas instituições de pesquisa.

divulgada pelas instituições de pesquisa. Por essa razão, nos planos antiinflacionários adotados após 1986, as autoridades monetárias adotaram o congelamento de preços e salários, para tentar eliminar a chamada memória inflacionária.

Desde o início do processo de redemocratização em 1985, quando um governo civil assumiu a presidência, tinha havido várias tentativas malogradas de controlar o processo inflacionário que se vinha manifestando desde a década de 1970. Todas falharam porque não dispuseram de um elemento de sólido ajuste fiscal, e os déficits governamentais foram, no fim, financiados pelo Banco Central, levando à continuação da inflação que atingiu o nível de quatro dígitos em 1994 (BAER, 2003, p. 221).

Outras tentativas de enfrentamento da inflação sucederam-se: O Plano Collor II, em 1991, que contava com uma política gradualista sem, porém, conseguir desarmar as condições responsáveis pelo processo inflacionário, já que se conseguiam ganhos temporários, mas a permanência da crítica situação fiscal, os choques de oferta, o grau de indexação da economia e as expectativas adversas dos agentes quanto ao comportamento da economia mantinham as elevadas pressões inflacionárias.

A proposta de retomada de crescimento do governo Collor, alinhada ao ideário neoliberal, significou uma alteração profunda na forma de inserção da economia brasileira na economia internacional, no relacionamento do setor público com o setor privado e na participação do Estado na economia. O início da abertura comercial, isto é, a gradual redução das alíquotas incidentes nos bens importados, foi a estratégia utilizada, visando o aumento da competitividade da economia.

A grande falha destes planos foi tentar extinguir a inflação rapidamente através de congelamentos de preços que possuíam efeitos apenas transitórios (BAER 2003).

Segundo Nascimento (2004, p. 49):

Com uma estrutura econômica relativamente estagnada, financeiramente frágil e tecnologicamente defasada, conservada por uma década à custa da inflação e da desestruturação do Estado, a eleição presidencial de 1989 abria a perspectiva para que surgisse um governo com respaldo político suficiente para encaminhar um enfrentamento efetivo da crise econômica e social. O desafio que se colocava para o novo governo ia muito além de impedir, imediatamente, uma explosão hiperinflacionária: impunha-se articular um novo padrão de desenvolvimento.

No contexto pela busca de uma nova prática que pudesse reformular a atuação política e econômica do país, a proposta do governo federal objetiva a implementação de um novo plano econômico a partir de 1993. Anunciado em 07 de dezembro de 1993, pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real foi pautado em três etapas distintas, mas complementares: o ajuste fiscal, a criação de uma unidade de referência de valor (URV) e a instituição da nova moeda, a acontecer a partir de julho de 1994 (FILGUEIRAS, 2000).

A inserção destas partes distintas, mas sucessivas, visava impedir que o novo plano padecesse dos mesmos erros dos planos anteriores. Assim, buscou-se adotar o plano gradualmente, sem recorrer a congelamentos de preços e salários e procurando corrigir os desequilíbrios existentes na economia (GREMAUD, 2005).

A primeira etapa do plano foi constituída pelo ajuste fiscal, considerado pré-condição para o controle dos preços, já que “visava equacionar o desequilíbrio orçamentário para os próximos anos e impedir que daí decorresse pressões inflacionárias” (GREMAUD, 2005, p.473).

Esse ajuste tinha como objetivos principais: o aumento coletivo dos impostos na ordem de 5% (aumentando a arrecadação), corte nos gastos com investimentos públicos de cerca de US\$ 7 bilhões e diminuição nas transferências do governo federal (BAER, 2003).

Neste sentido, foi criado o Plano de Ação Imediata (PAI), que visava combater a sonegação fiscal, redefinir a relação da União com os estados e municípios e do Banco Central com os bancos estaduais, federais e o Fundo Social de Emergência (FSE), constituído pela desvinculação de algumas receitas do governo federal, com o intuito de financiar os programas sociais brasileiros.

As mudanças introduzidas pelo PAI e pelo FSE, todavia, não se mostraram suficientes para assegurar o equilíbrio fiscal sequer em 1995[...] Ao contrário do que previa toda a teoria, a falta de ajuste fiscal não implicou ao retorno da inflação” (GIAMBIAGI, 2005, p.154).

As medidas iniciais do PAI foram: corte orçamentário de US\$ 6 bilhões em 1993; proposta orçamentária para 1994 realista; encaminhamento de Projeto de Lei limitando as despesas com os servidores civis a 60% da receita corrente da União, estados e municípios; e a elaboração de Projeto de Lei definindo claramente as normas de pagamento das dívidas de estados e municípios com a União.

A segunda etapa do plano se iniciou com a introdução da URV no final de fevereiro de 1994. Esta buscava eliminar o componente inercial da inflação (GIAMBIAGI, 2005).

A URV se constituía, assim, em um indexador, que visava simular os efeitos de uma hiperinflação, através do encurtamento de prazos de reajustes, substituição parcial da moeda, sem passar pelos seus efeitos, e correção dos preços relativos (BAER, 2003).

Na verdade, contudo, a URV foi muito mais que um superindexador. Ela foi o embrião da nova moeda, ou uma espécie de moeda incompleta, pois, embora não se constituísse, ainda, em meio de pagamento e reserva de valor, cumpriu uma das três funções de qualquer moeda, qual seja: a de ser unidade de conta (FILGUEIRAS, 2000, p. 104).

Desta forma, com a introdução da URV, houve um processo de transição da velha moeda para a nova, diferenciando-se dos planos anteriores que pretendiam controlar a inflação compulsoriamente através do congelamento de preços e salários.

Segundo Gremaud (2005, p. 474) “O valor da URV, nessa fase, manteria uma paridade fixa de um para um com o dólar, ou seja, seu valor seria a própria taxa de câmbio”.

A URV apenas divergiu da proposta de “moeda indexada”, porque ao invés de se criarem duas moedas apenas separaram as duas funções das mesmas. Assim, a nova moeda antes de existir como meio de pagamento, já existia como unidade de conta.

Conforme salienta Baer (2003, p.222):

[...] segundo a inflação predominante, a cotação da URV em Cruzeiros Reais aumentava todos os dias, acompanhando a taxa de câmbio. Preços oficiais, contratos e impostos eram fixados em URV, e o governo estimulava seu uso voluntário por agentes econômicos privados. Gradativamente, um crescente número de preços foi sendo fixado em URVs, embora as transações ocorressem em Cruzeiros Reais.

Neste cenário, muitos preços foram convertidos automaticamente em URV (preços oficiais, contratos e aluguéis), enquanto os demais preços foram convertidos voluntariamente pelos agentes. Assim, a URV funcionava como unidade de conta, expressando os preços da mercadoria, mas as transações eram liquidadas em Cruzeiro Real, que funcionava como meio de troca. Além disso, sua função era de

alinhar os preços relativos⁸, isto é, induzir a economia a encontrar um vetor de equilíbrio.

Desta forma, no momento de efetuar a transação, o preço da mercadoria expresso em URV era convertido em Cruzeiro Real, pela cotação do dia em URV. A inflação, então, persistia na moeda em circulação, sem contaminar a unidade de conta, que tinha o valor corrigido pela própria inflação da moeda ruim (GREMAUD, 2005).

Com a introdução da URV mudou-se também a política monetária. Esta se tornou ativa com a imposição de juros altos para controlar a aceleração da inflação de demanda, diferindo-se novamente da proposta “Larida” que implicitamente previa uma política monetária passiva. Desta forma, no início do Plano Real, o governo elevou as taxas reais de juros e aumentou as taxas de depósitos compulsórios da economia (GIAMBIAGI, 2005).

Em suma, a URV cumpriu o papel fundamental de eliminar a memória inflacionária, componente crucial da inflação inercial. E mais, tornou dispensável qualquer mecanismo compulsório de intervenção como o congelamento e a pré-fixação de preços, preparando a economia para a introdução de um novo padrão monetário.

O Real, enquanto moeda deveria surgir no momento em que quase todos os preços relativos da economia estivessem alinhados. Desta forma, não haveria pressão para nenhuma modificação na posição dos diversos agentes econômicos, assegurando que a inflação existente em Cruzeiro Real não contaminasse a nova moeda (FILGUEIRAS, 2000).

A terceira e última etapa do plano ocorreu com a introdução, enfim da nova moeda, o Real, em 1º de julho de 1994, quando quase toda a economia tinha aderido à URV (FILGUEIRAS, 2000).

Nesta ocasião, a URV era equivalente a CR\$ 2.750,00 e a paridade estabelecida foi na proporção de 1 URV = R\$ 1,00. A conversão ocorreu sem congelamento de preços ou qualquer outra medida compulsória, porém houve, no momento da introdução do Real, uma aceleração inflacionária impulsionada por alguns agentes que aumentaram seus preços, temendo um novo congelamento, ou simplesmente tentando ampliar a sua participação na renda.

⁸ Relação estabelecida entre diversos pares de preços importantes de uma economia com a finalidade de observar sua variação no tempo.

Assim, a almejada estabilização só foi alcançada em 1994 com a implementação do Plano Real, que se baseava no diagnóstico de que a inflação brasileira possuía um forte caráter inercial, mas atribuía ao desajuste das contas públicas a principal causa da elevação do nível geral dos preços.

Baseado na proposta “Larida”⁹, que recomendava a simulação dos efeitos de uma hiperinflação com o convívio de duas moedas, uma boa e uma ruim, com a primeira substituindo a última ao longo do tempo, o Plano Real, ao invés do congelamento de preços, utilizou-se de uma reforma monetária para conter o componente de re-alimentação automática da inflação (BIDERMAN 1997).

A obrigação da conversão dos salários e dos depósitos bancários em URV, bem como a fixação de prazo para a conversão futura dos demais contratos, implicou a indexação do conjunto dos preços da economia, e a sua dolarização indireta.

Franco (1995) analisa de forma extremamente positiva o processo de introdução da URV. Para esse autor, não se confirmaram as previsões pessimistas que associavam a "superindexação" da economia a um encurtamento generalizado dos contratos, produzindo um choque de oferta de grande impacto inflacionário, conforme a crítica de Francisco Lopes à Proposta Larida.

O fator que causou o aumento da média dos índices de inflação de 39,7% em janeiro para 46,6% em junho, não foi o próprio processo de "urvizção" da economia, mas as declarações das autoridades não econômicas que ao falarem contra os chamados aumentos abusivos, contribuíram para uma onda de remarcações que aceleraram a inflação. Isto ocorreu particularmente em junho de 1994, às vésperas da introdução da nova moeda (FRANCO, 1995).

De acordo com Giambiagi (2005, p.156-157):

[...] enquanto as duas fases iniciais do Real foram extremamente bem elaboradas e envolveu longo debate acadêmico, a terceira apresentou um conjunto de medidas superpostas [...]. De fato, a Medida Provisória (MP) 542, que deu início à terceira fase do Plano Real, apresentava um conjunto de medidas sobrepostas, algumas das quais inconsistentes entre si.

As medidas introduzidas pela MP 542 eram de natureza monetária e visavam impedir o superaquecimento da economia, além de buscar caminhar rumo à

⁹ Larida foi uma proposta feita pelos economistas Pérsio Arida e André Lara Resende, os quais propunham estabilizar a inflação brasileira através de uma reforma monetária com indexação plena. Estratégia que acabou sendo adotada no Plano Real.

autonomia do Banco Central. De fato, o sucesso do Real estava vinculado à capacidade de controle sobre a demanda e à expansão monetária, impedindo, assim, a possibilidade dos agentes repassarem choques de custos para preços.

O governo introduziu metas de expansão monetária bastante restritivas, impôs depósito compulsório (é uma das formas de atuação de um Banco Central para garantir o poder de compra da moeda, e, em menor escala, para execução da política monetária) de 100% sobre as captações adicionais do sistema financeiro e limitou as operações de crédito.

Neste contexto, o principal instrumento utilizado pelo Plano Real para estabilizar os preços foi a chamada “âncora cambial”, que consistiu na valorização da taxa de câmbio em um contexto no qual o país possuía um volume significativo de reservas e o grau de abertura para o exterior tinha aumentado.

A esse respeito, Gremaud (2005, p. 476) afirma:

Com a manutenção da taxa de juros elevada e como permanecia o excesso de liquidez internacional, o fluxo de capitais externos se manteve. Em vez de continuar a acumular reservas, o que pressionaria a expansão monetária, o Banco Central deixou o câmbio flutuar, o que provocou uma profunda valorização da taxa de câmbio. Com a economia aberta e um volume significativo de reservas, a possibilidade de importações estava colocada; como esta se tornava atrativa em decorrência da valorização cambial, travavam-se os preços internos, rompendo a possibilidade de propagação dos choques (repasse aos preços, tentativa de elevações). Esta foi a chamada “âncora cambial” do Plano Real.

Assim, as medidas que viabilizaram o combate à inflação com crescimento econômico e emprego, num primeiro momento, foram as seguintes: a abertura da economia às importações, a queda das alíquotas do imposto de importação, a quebra das barreiras para a entrada de capitais estrangeiros no mercado financeiro, elevadas taxas de juros e o declínio da taxa de câmbio da seguinte maneira: se a taxa de câmbio é preço, então deve obedecer a Lei da Oferta e da Procura, isto é, se aumenta a disponibilidade (oferta) de dólares no mercado cambial brasileiro, diminui o preço ou a taxa de câmbio. Neste caso, precisam-se de menos reais para comprar U\$ 1,00 dólar, logo, haverá valorização do real ou valorização cambial. Se, por outro lado, diminui a oferta (ou aumenta a demanda) de dólares no mercado cambial brasileiro, aumenta-se o preço ou a taxa de câmbio. Neste caso, precisa-se de mais reais para comprar uma unidade de dólar, logo ter-se-á uma desvalorização cambial ou desvalorização do real (FILGUEIRAS, 2000).

O Plano Real tinha como objetivo maior controlar a hiperinflação, problema este que estava impedindo o desenvolvimento do Brasil. Com muito estudo e cuidado nas tomadas de decisões, o plano conseguiu acabar com quase três décadas de inflação. Mas houve muitas dificuldades a serem enfrentadas, como a crise dos Tigres Asiáticos (1997) e da Rússia (1998). Com isso, o governo abandona o sistema de bandas cambiais, que oferecia alguns riscos a economia. Qualquer tipo de crise ou oscilação na economia nacional colocaria em risco o Plano Real.

Além disso, o processo de desregulamentação da economia, através do programa de privatização das estatais, da abertura do mercado financeiro ao capital internacional, dentre outras medidas, significou a formação das bases para a integração da economia ao processo de globalização. Foi fundamental a aceleração do processo de abertura comercial e a valorização do real enquanto moeda, em relação ao dólar, no início do plano, o que ampliou a oferta de bens importados no mercado interno, pressionando, para baixo, os preços internos dos produtos aqui produzidos (FILGUEIRAS, 2000).

A partir desse fato supracitado, o governo deixa a taxa de câmbio flutuante (livre), o que resultou em apenas dois meses, numa baixa de 40% da moeda brasileira, mas nos anos seguintes a situação voltou ao normal e o Real se tornou mais uma vez atração do capital especulativo internacional.

Porém, há de se destacar aqui que desde a implementação do Plano Real até os dias atuais, a questão relacionada a seus efeitos sobre a distribuição de renda e a sua perenidade tem dominado o debate econômico e político nacional.

De acordo com Camargo (1991) uma característica diferenciadora do “Plano Real”, em relação aos efeitos redistributivos do Plano Cruzado, foi que, no Real, houve uma redistribuição efetiva da renda dos extratos superiores (1% mais ricos e 5% mais ricos) para os extratos inferiores (10% mais pobres).

Ao contrário de planos de estabilização anteriores, o Plano Real foi precedido por tentativas de ajustes fiscal, monetários e cambiais, o que trouxe diversas conseqüências para a política monetária brasileira. De forma brilhante, o Plano Real não se valeu de congelamento de preços para a manutenção da estabilidade dos preços, o que até então era extremamente comum nos planos anteriores. Caracterizou-se por uma política econômica ortodoxa de estabilização. Baseou-se numa acentuada abertura econômica ao mercado exterior, uma restrita demanda agregada, via políticas fiscais, e uma diminuição da oferta monetária.

Com o “Plano Real” e sua reforma monetária, houve uma ruptura com o histórico inflacionário. A redução brusca do “imposto inflacionário” retirou da economia o véu inflacionista que impedia a construção efetiva de referências de troca na economia brasileira.

Nesse momento, todos aqueles que dispunham de poucos instrumentos para indexar as suas rendas e se proteger da inflação passaram a ter um ganho real de renda. A redução brusca da taxa de variação dos níveis de preço redefiniu os preços relativos da economia e o poder de compra de cada um dos agentes econômicos.

Finalmente, o plano real nos demonstra a clara idéia da opção conflitava entre Inflação versus emprego. Nesse sentido, urge por uma reformulação dos projetos e uma reavaliação da opção entre estabilidade econômica e emprego. Nesse sentido, o desempenho da economia do país foi prejudicado, no médio e longo prazo, por uma série de distorções geradas pela estabilidade da moeda, a supervalorização da mesma em relação ao dólar norte-americano, a abertura comercial e a manutenção de uma taxa de juros interna em patamares elevados.

Diante de tais afirmações pergunta-se: o Plano Real foi bem sucedido? Do ponto de vista estrito da estabilidade de preço, a resposta é positiva, visto que o Brasil saiu definitivamente de um regime de alta inflação (que chegou a ultrapassar os 1.000% anuais), para um ambiente de baixa inflação. Em contrapartida, do ponto de vista da estabilidade macroeconômica, que se relaciona com a capacidade de crescer de forma sustentada acompanhada de estabilidade financeira, a resposta é negativa. Na verdade os ganhos obtidos no início do Plano, em termos de crescimento do produto, emprego, salário, etc., foram mais do que compensados pelos resultados negativos do período subsequente.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PAEG E PLANO REAL

3.1 PLANO PAEG E PLANO REAL

O início dos anos 60 caracterizou-se pela primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial. Neste período, houve uma queda importante dos investimentos nos setores público e privado. A taxa de crescimento da renda brasileira caiu fortemente em função da materialização das contradições inerentes ao processo de substituição de importações que começava a se esgotar enquanto metodologia de migração da plataforma produtiva.

Assim, segundo Fonseca (2009, p. 148) esse momento passou a representar as contradições que permeavam o modelo adotado para a busca do desenvolvimento nacional.

[...] As crises da agroexportação incidindo em cheio sobre a balança comercial, traziam à tona as contradições de uma economia que, embora, voltada para fora, não conseguia gerar divisas para manter sua pauta de importações e pagar o serviço de sua dívida externa.

Para dar prosseguimento ao crescimento econômico, tornou-se necessário desenvolver o setor de bens de capital e ampliar o setor dos intermediários que estavam defasados, assim como a infra-estrutura urbana. Vários problemas se colocaram neste sentido, em especial a ausência de mecanismos de financiamento adequados, tanto para o setor público, que se encontrava com elevado déficit público devido aos gastos realizados no Plano de Metas (durante o governo de Juscelino Kubitschek), como para o setor privado, em um momento em que as altas escalas de capital dos setores a serem implantados necessitavam de maiores recursos financeiro para viabilizar o investimento.

Outro problema que se impunha para o prosseguimento do desenvolvimento nacional é que tanto o setor de bens de capital quanto os intermediários são os chamados setores de “demanda derivada”, isto é, a demanda de seus produtos depende da demanda pelos produtos finais na economia. Em virtude disso e da concentração de renda existente na economia nacional, além da ausência de mecanismos de financiamento ao consumidor, a demanda pelos produtos do setor de bens de consumo duráveis era bastante limitada, restringindo os impactos

(estímulos) deste setor para o resto da economia. A consequência desta situação foi a retração nas taxas de crescimento do produto interno e a aceleração inflacionária.

Como salienta Ferreira (2009, p. 201):

Os principais problemas do plano colocavam-se do lado do financiamento. O financiamento dos investimentos públicos, na ausência de uma reforma fiscal condizente com as metas e os gastos estipulados, teve que valer-se principalmente da emissão monetária, com que se observou no período uma aceleração inflacionária.

Assegura também esse autor que era um consenso na época, a necessidade de reformas institucionais que criasse um quadro favorável à retomada dos investimentos.

Os governos de Jânio Quadros e João Goulart foram prisioneiros desta situação e, apesar de buscarem diferentes formas de resolver a questão política e encaminhar a solução econômica, manteve certo imobilismo da política econômica no período. Neste contexto, o golpe militar de 1964, impondo de forma autoritária uma solução para a crise política, foi uma pré-condição ao encaminhamento “técnico” das medidas de superação da crise econômica, ou seja, um conjunto de reformas políticas, constitucionais e na condução da política econômica.

Vale ressaltar que o governo Castelo Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com vistas para resolver os problemas econômicos. O PAEG pode ser dividido em duas linhas de atuação: políticas conjunturais de combate à inflação, associadas a reformas estruturais que permitiram o equacionamento dos problemas inflacionários e das dificuldades que se colocavam ao crescimento econômico.

A estrutura do sistema financeiro delineada pela reforma de 1964-67 baseava-se no modelo americano¹⁰, prevendo uma compartimentalização das instituições, que passariam a ser capazes de cada uma na sua especialização, mobilizar recursos e prover os diferentes tipos de crédito necessários para dar suporte financeiro indispensável ao bom funcionamento de um país capitalista desenvolvido. Nesta perspectiva, definiu-se que o financiamento de longo prazo para a acumulação de capital seria realizado por intermédio dos bancos de investimento. Os fundos de investimentos formados com deduções do Imposto de Renda seriam

¹⁰ Modelo americano, em que as instituições são divididas pelas funções que atendem, especializando cada instituição na sua área de atuação.

um dos instrumentos que deveriam contribuir para impulsionar o mercado de ações. As financeiras ficariam responsáveis pelo financiamento dos bens de consumo duráveis, os bancos comerciais pelo financiamento do capital de giro das empresas e o Sistema Financeiro de Habitação pelo estímulo ao setor de construção civil.

Garantia-se, também, o financiamento externo com a Resolução nº 63 do Banco Central e a Lei nº 4.131 e o financiamento público, com a emissão de um novo título, as ORTNs¹¹. A LTN¹², título também criado à época, seria utilizada apenas para a política monetária de curto prazo no enxugamento ou expansão de liquidez não servindo para o financiamento do déficit público.

Um dos pressupostos para o financiamento desse sistema era a manutenção de taxas de juros positivas, o que, por sua vez, não seria garantido, em virtude do quadro inflacionário. Para contornar esse problema, foi criada a correção monetária, mecanismo que, teoricamente, garantiria a defesa das aplicações financeiras contra a inflação na medida em que institucionalizava, no mercado financeiro formal, o contrato financeiro indexado, desde que para prazos superiores a um ano. A indexação passou a ser feita por meio da ORTN, moeda de referência legal cujo valor mensal variava de acordo com a inflação calculada pela Fundação Getúlio Vargas.

Assim, teoricamente, estavam implementadas as instituições necessárias para a mobilização de recursos de forma a garantir a consolidação de um sistema financeiro sólido e compatível com as necessidades de desenvolvimento capitalista do país. Na prática, a realidade mostrou-se muito mais complexa, revelando as dificuldades, ou mesmo a impossibilidade de se implementar uma estrutura como a idealizada teoricamente.

A correção monetária criada em 1964 e destinada naquele momento a privilegiar contratos de longo prazo, conquistou credibilidade durante seus primeiros dez anos de existência. Contudo, a partir de meados dos anos setenta, mudanças na correção das ORTN começaram a abalar o nível de confiança no padrão de indexação dos títulos federais. A perda acumulada da credibilidade causada pela sub-indexação dos títulos, somada à aceleração inflacionária, trouxe a necessidade de redução dos prazos dos

¹¹ **Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)** era uma modalidade de título público federal que foi emitida entre 1964 e 1986 com a característica de pagar uma remuneração corrigida e evitar a corrosão da inflação sobre as aplicações futuras, que por conta do recrudescimento inflacionário da década de 1960, haviam caído a níveis muito baixos, obrigando o governo a emitir papel-moeda no intento de cobrir as suas obrigações.

¹² **LTN:** Sigla para Letras do Tesouro Nacional. Título de dívida pré-fixado usado pelo Tesouro como instrumento de captação de recursos.

títulos públicos para atender à demanda do público. (FERNANDES; TUROLLA, 2000, p. 304).

Os objetivos colocados pelo PAEG eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico; conter o processo inflacionário; atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais; aumentar o investimento e com isso o emprego, e, corrigir a tendência ao desequilíbrio externo. O controle inflacionário e/ou as formas de conviver com ela, eram vistos como precondições para a retomada do desenvolvimento, e o combate à inflação, o que só poderia ser feito se acoplado às reformas institucionais.

Apesar de não atingir exatamente as metas que haviam sido propostas, as políticas econômicas do PAEG obtiveram seus efeitos. Alguns desses efeitos puderam ser notados ainda nos primeiros anos de implantação do programa.

Em 1964, a inflação variou bastante, tendo crescimento anual de 90% segundo o IGP e de 81,3% segundo o IPA. Parte dessa inflação pode ser atribuída ao que era chamado na época de “inflação corretiva”, quando os pecos sobem em virtude da liberação de variação de alguns preços que estavam fixados, como, por exemplo, os aluguéis e as tarifas dos serviços públicos. Outros motivos foram o aumento do salário mínimo de 100%, concedido ainda pelo governo Goulart e o aumento de 120% para os salários dos militares, concedido imediatamente após o Golpe (ABREU, 1992).

Além dos ganhos alcançados no aspecto antiinflacionário, a implantação do PAEG foi acompanhada por um processo de transformações institucionais importantes, dentre as quais algumas delas persistem até hoje. Entre elas, pode-se destacar a Lei de Reforma Bancária (Lei nº 4.595/64), que modernizou o Sistema Financeiro Nacional (SFN), e da qual se originou o BACEN, além do ordenamento do sistema financeiro nacional, cujas linhas básicas permanecem ainda em vigor.

A avaliação do Paeg, considerando o plano no seu todo, é positiva. O governo conseguiu reduzir a inflação e promoveu um conjunto de reformas fundamentais para o desenvolvimento do país. Todavia, algumas críticas podem ser feitas. A primeira delas é a argumentação de Bacha (1998), de que houve um erro no diagnóstico da inflação brasileira e, por conta disso, a implementação desnecessária de uma política recessiva com pesados custos sociais. Além disso, podemos mencionar também um aumento na concentração da renda devido à

contenção (ou arrocho) salarial e à instituição de um sistema tributário altamente regressivo.

No segmento do mercado privado ocorreram avanços importantes com a Lei do Mercado de Capitais, a qual, entre outras medidas, criou instituições relevantes, tais como: os Bancos de Investimentos, Bolsas de Valores, as Sociedades Corretoras e distribuidora de títulos e Valores Mobiliários.

Nesse mesmo período, o Banco Central do Brasil definiu as Sociedades Anônimas de Capital Aberto, incentivando o registro de companhias na bolsa de valores. Criou também instrumentos que favoreceram a captação e a negociação de valores imobiliários destinados à capitalização do setor privado. A reforma tributária de 1967 racionalizou e modernizou o sistema de impostos.

Uma das maiores críticas que se fazem ao PAEG, e aos governos militares como um todo é o fato de a desigualdade social ter aumentado no período. Como pode-se ver no seguinte trecho, extraído de Baer (2002), a distância entre os dois Brasis” aumentou muito durante os governos militares, com os aumentos de renda e o crescimento econômico concentrado nas mãos de poucos.

Outra possível consequência, dessa vez positiva, da reestruturação econômica promovida pelo PAEG, foi o chamado “Milagre” econômico do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nesse período, a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento, tendo o PIB brasileiro crescido a taxas de 11,1% a.a. durante 1968-1973. Além do crescimento, também apresentaram-se, no “Milagre”, baixas taxas de inflação, com a inflação medida pelo IGP tendo caído de 25,5% para 15,6% durante o período (Abreu, 1992).

Apesar de sua curta duração, as transformações trazidas pelo PAEG deram bases para a forte retomada da atividade econômica observada a partir do início de 1967 graças a uma situação de relativa estabilidade nas taxas de inflação, porém, em níveis relativamente altos para os padrões atuais.

E nesse contexto comparativo, o que se observa é a semelhança entre as duas práticas, sendo que o Plano Real trouxe mudanças importantes e visíveis em curto prazo: a inflação praticamente desapareceu; os preços caíram, principalmente os da cesta básica e de outros bens de primeira necessidade.

As taxas nominais de juros caíram precipitadamente, contudo mantendo-se altas em termos reais. O volume de entrada do capital estrangeiro imediatamente fortaleceu a taxa de câmbio em torno de 18%, o que barateou os produtos

importados, e com o nível de protecionismo mais baixo garantiu um alto grau de competição que restringiu o aumento dos preços domésticos. As relações internacionais também sofreram mudanças, uma vez que, no momento de implementação do plano, o estoque inicial de reservas internacionais tornou-se adequado se comparado às tentativas anteriores de estabilização.

Entende-se que o Plano Real foi uma importante ferramenta do governo na tentativa de combater a inflação com base em uma reforma monetária. O plano de estabilização da economia teve como fim a consolidação dos preços que oscilavam constantemente no ápice da inflação crônica.

Após alguns anos, observou-se que, assim como ocorreu com o PAEG, o plano teve falhas, mas foi se adaptando às mudanças econômicas na política econômica brasileira.

À semelhança do PAEG, a gestão do Plano Real foi também acompanhada por algumas decisões governamentais que produziram modificações institucionais permanentes na organização da economia e da sociedade brasileira, tais como: a criação das agências reguladoras para estabelecer normas para o funcionamento das empresas provedoras de serviços de utilidade pública; a privatização das grandes empresas estatais federais; a privatização dos maiores bancos estaduais; a abertura do sistema bancário à entrada de bancos estrangeiros e iguais ações em outros segmentos do mercado financeiro, de previdência, de seguros, e de capitais. E, finalmente, na área das finanças públicas, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal que representa um grande avanço para a gestão dos recursos públicos tanto nas esferas governamentais como nos órgãos públicos de administração indireta.

Com base no exposto, é importante observar que nem o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), nem o Plano Real podem ser vistos como programas limitados ao combate da inflação como único objetivo. O PAEG teve pela frente a dificuldade de se executar uma política monetária em uma situação de dominância fiscal, além da quase impossível conciliação entre um regime baseado no controle dos agregados monetários e a existência de uma regra cambial que mantinha fixa a taxa real de câmbio em um mundo com crescente mobilidade de capitais. Além da baixa credibilidade de política monetária devido ao enfraquecimento político estratégico do Banco Central do Brasil - BACEN (FILGUEIRAS, 2000).

Comparando o PAEG com o Plano Real, Fishlow (2007) observa que o PAEG escolheu uma abordagem gradualista rejeitando explicitamente um processo de congelamento de salários, colocando-se a favor da necessidade de reduzir o consumo público para aumentar a poupança ressaltando a impossibilidade de eliminar o déficit público imediatamente e a necessidade de uma inflação corretiva para ajustar os preços públicos e a importância de se evitar efeitos negativos sobre os devedores.

Uma outra área de comparação do Plano Real com o PAEG, segundo esse autor, está relacionada à distribuição da renda, pois ao contrário do que aconteceu com a concentração de renda entre 1960 e 1970 decorrente da política salarial do governo nos anos de 1965 e 1966, o Plano Real beneficiou os mais pobres, pois o declínio da inflação teve o efeito positivo de aumentar o salário real da população.

Desse modo, no aspecto social, e como resultado de longo prazo, o Plano Real contribuiu para aumentar a faixa de rendimentos das camadas mais baixas da população, através dos planos de incentivo ao combate da pobreza e da exclusão social.

Um aspecto importante na análise dos dois processos de estabilização monetária que pode ser destacada é que o Plano Real foi capaz de entregar o que foi prometido à sociedade brasileira, ou seja, uma taxa de inflação baixa e relativamente estável. Isto, julgando-se somente pelo comportamento de uma única variável, a taxa de inflação. Esse fato deve-se em grande parte ao avanço teórico realizado nos últimos tempos sobre a gestão macroeconômica.

Segundo Fishlow (2007, p. 49) uma área de comparação entre os dois planos está relacionada com a distribuição de renda, pois ao contrário do que aconteceu com a concentração de renda entre 1960 e 1970, decorrente da política salarial do governo nos anos 1965 e 1966, o Plano real beneficiou aos mais pobres, pois o declínio da inflação teve o efeito positivo de aumentar o salário real da população.

No que diz respeito aos efeitos sociais do Plano Real, a desigualdade de renda do país, medida pelo coeficiente de Gini, manteve-se praticamente inalterada desde 1993, sendo uma das mais elevadas do mundo. No entanto, o percentual de pobres e indigentes caiu consideravelmente, passando de 41,7% e 19,5%, respectivamente, em 1993, para 33,6% e 14,6% em 2001. Esses números sugerem que a inflação de fato onera as classes mais pobres, e que discussões do tipo

“suportar um certo nível de inflação para que cresça a riqueza do país” são inaceitáveis (MOREIRA; MACIEL, 2003).

Assim, o Real em vez de se utilizar dos métodos convencionais de controle de preço para neutralizar os elementos inerciais da inflação, estabeleceu a existência de duas moedas que deveriam conviver num certo período de tempo: a nova (URV) que aplicava-se como unidade de conta e que seria indexada à taxa real de câmbio ajustada diariamente, de tal modo que, lentamente, todos os valores e preços se tornassem atrelados a ela; e a antiga moeda (cruzeiro) que funcionava como meio de troca.

Moreira e Maciel (2003, p. 17), assinalam que:

Após o Plano Real, o padrão de consumo do cidadão brasileiro que estava sofrendo transformações, elevou-se a partir da década de 90, pelas mudanças das características socioeconômicas do país. Com preços estáveis, melhor poder aquisitivo, muitas famílias puderam diversificar sua cesta de consumo bem como elevarem o padrão de consumo. Situação esta que vem alterando o perfil do povo brasileiro e da economia nacional.

Apesar de a estabilização de preços ter sido alcançada com o Plano Real através de políticas monetária e cambial austeras, o mesmo não se pode dizer sobre a estabilidade macroeconômica.

A estabilidade macroeconômica e a própria credibilidade do Plano, inicialmente elevada, ficaram comprometidas por problemas inerentes à conduta do Plano, ressaltando-se a ausência de uma profunda e eficaz reforma fiscal, exacerbados recentemente pela conjuntura internacional desfavorável. O aumento substancial do custo de curto e médio prazos, em termos de desemprego e queda da produção, é, sem dúvidas, o principal desafio enfrentado hoje pelo Plano Real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é resultado de um esforço teórico, a partir de pesquisa bibliográfica, no sentido de trazer alguma contribuição para o debate sobre o tema proposto. Longe da pretensão de apresentar conclusões, tampouco um conteúdo exaustivo, constitui-se, antes de qualquer coisa, na transcrição de algumas das principais idéias de destacados autores, no intuito de, minimamente, subsidiar o início de uma reflexão.

Há que se observar e esperar que o Brasil, pelo potencial econômico que representa, pode desempenhar um papel mais ativo no novo cenário internacional. O fato é que os Estados nacionais têm tido um papel fundamental no destino das nações e essa observação não se restringe aos países desenvolvidos. Assim, é preciso reestruturar a inserção externa brasileira, envolvendo a atratividade de investimentos produtivos, a substituição de importações e geração de maior valor agregado local, a ampliação da internacionalização das empresas nacionais e a elevação das exportações.

Quanto aos planos implementados, podem-se fazer algumas inferências. Primeiramente, o PAEG foi o modelo encontrado para alavancar a economia e somente poderia ser aplicado em um governo que não necessitasse do mesmo apoio que os governos populistas haviam necessitado.

O caminho escolhido pelo governo (de financiamento) não se mostrou eficiente, pois a crise mundial teve um efeito muito mais longo do que se imaginava na época, e os petrodólares não estavam mais disponíveis, sendo necessário pagar os empréstimos contraídos.

Nos anos 80 teve-se o que foi chamado de “década perdida” em grande parte fruto das escolhas e formas de crescimento adotadas no período imediatamente pós 1973. Já o Plano Real foi uma medida formulada pelo empreendimento que uniu o saber econômico sobre a construção de programas de estabilização.

O Real, como se sabe, definiu soluções muito particulares para problemas típicos, e complexos, a serem adotados por qualquer programa de estabilização: coordenação decisória, desindexação, equilíbrio contratual, administração da re-monetização e da liquidez, e gerência de demanda.

O Plano Real foi uma medida transformadora e de avanço para a economia brasileira no sentido de acabar com a inflação elevada e crônica, mas, mesmo com os seus 17 anos recém completados, não esgotou o que deve ser feito para garantir um crescimento sustentado com uma melhor distribuição de renda e diminuição da pobreza, um dos maiores problemas atuais do nosso país.

Porém, o maior trunfo do Real foi a diminuição da pobreza e a inclusão social possibilitada pelas reformas estruturais promovidas pelo Plano Real.

Enfim, mesmo com períodos entre eles, distantes cerca de trinta anos, e implementados por governos com objetivos diferentes econômica e politicamente, os planos possibilitaram, a seus tempos, perspectivas de mudanças e reestruturação socioeconômica brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva, (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ANJOS, Maria Anita dos. **Retrospectiva da economia brasileira nos últimos 45 anos**. Revista Faubusiness, n. 4, dez 2002, p. 20.
- BACHA, Edmar Lisboa. **Introdução à macroeconomia: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro. Campus.1988.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.
- BIDERMAN, Ciro, et al. (org). **Conversas com economistas brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CAMARGO, J. M. et I. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro : Paz & Terra, 1991.
- FERNANDES, Orlando Assunção; TUROLLA, Frederico Araujo. **Uma revisão de quarenta anos da dívida mobiliária brasileira**. Disponível em: www.sep.org.br. Acesso em 18/10/2011.
- FERREIRA, Gilmar. **Economia Brasileira: do plano de metas até o 2º PND**. Disponível em: www.blogdoprofessorgilmar.wordpress.com.br. Acesso em 12/08/2011.
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- FISHLOW, Albert. **Trinta anos combatendo a inflação no Brasil: do PAEG ao Plano Real**. Rio de Janeiro; Ed. FGV. 2007.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O Processo de Substituição de Importações**, LCTE, São Paulo, 2009.
- FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1984.
- GIAMBIAGI, Fabio, et al. (Orgs). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- GREMAUD, Amaury Patrick, et al. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- GREMAUD, Amaury Patrick, et al. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico.** (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio et al . Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MADDISON, Angus. **Desempenho da economia mundial desde 1870.** In: GALL, N. Nova era da economia mundial. São Paulo: Pioneira, 1989.

NASCIMENTO, Rangel. **Política externa econômica do governo Collor.** Disponível em: www.seufuturonapratica.com.br/rangel.pdf. Acesso em: 12/08/2011

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Expansão do crédito e industrialização no Brasil; 1930-1945.** In: América Latina em la historia econômica, n. 6, julho-dezembro/1992.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Inflação: Gradualismo X tratamento de choque.** 2. ed. Rio de Janeiro: APEC ,1970.

SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

RESENDE, André Lara. **A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial.** In: Revista de economia política, v. 5, n. 2, abril – junho/1985.

REZENDE, Cyro. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Contexto, 1999.

ROSSETTI, José Pascoal. **Política e programação econômica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1993.